



PRÊMIO

RESPONSABILIDADE SOCIAL EM TURISMO

Experiências premiadas



PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL EM TURISMO

Experiências premiadas

Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Turismo
Marta Suplicy

Coordenadora do Programa Turismo Sustentável e Infância
Elisabeth Bahia

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Presidente
Carlos Ivan Simonsen Leal

Diretor EBAPE
Bianor Scelza Cavalcanti

Coordenação do Núcleo de Turismo
Luiz Gustavo Barbosa
Deborah Moraes Zouain

Coordenador do Programa de Estudos em Gestão Social
Fernando Guilherme Tenório

CHILDHOOD BRASIL

Presidente do Conselho
Rosana Camargo de Arruda Botelho

Diretora Executiva
Ana Maria Drummond

FICHA TÉCNICA

EQUIPE MINISTÉRIO DO TURISMO

Coordenação Geral
Elisabeth Bahia

Assessoria Técnica
Maria Aurélia de Sá Pinto

EQUIPE FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Coordenação Geral
Luiz Gustavo Barbosa
Fernando Guilherme Tenório

Coordenação Executiva
Cristiane Rezende

Colaboração Técnica
Marco Antônio Carvalho Teixeira
Paulo Cesar Stilpen

Pesquisadores
Cristina Marins
Glauco da Costa Knopp
Júlia Barbosa Brandão

EQUIPE CHILDHOOD BRASIL

Diretora Executiva
Ana Maria Drummond

Coordenador de Programas
Itamar Batista Gonçalves

Assessora de Comunicação
Tatiana Larizzatti

REVISÃO ORTOGRÁFICA: **Eni Valentim Torres**

DIAGRAMAÇÃO: **Quattro Design**

IMPRESSÃO: **Primyl Artes Gráficas**

Prêmio Responsabilidade Social em Turismo: experiências premiadas / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa, Fernando Guilherme Tenório, Cristiane Rezende (Organizadores). – Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 76 p.

Editedo em colaboração com a EBAPE e a *Childhood Brasil*.

ISBN 978-85-61239-14-5

1. Turismo – Aspectos sociais. 2. Responsabilidade social. 3. Turismo sexual. I. Barbosa, Luiz Gustavo Medeiros. II. Tenório, Fernando Guilherme. III. Rezende, Crístiane.

306.4819 – CDD 22

Apresentação

Os casos apresentados neste livro descrevem as experiências vencedoras do Prêmio Responsabilidade Social em Turismo – 2007.

A responsabilidade social vem sendo discutida mais freqüentemente nas últimas décadas. Dentre os diversos conceitos formulados a respeito, a responsabilidade social é entendida, neste trabalho, como o compromisso de uma instituição com seus funcionários e *stakeholders*, e não exclusivamente voltada para o ambiente externo.

O Programa Turismo Sustentável e Infância, elaborado pelo Ministério do Turismo em 2004, objetiva apoiar e desenvolver ações de turismo sustentável, com o foco na proteção dos direitos da criança e do adolescente, colocando-se, portanto, contra a exploração sexual, estabelecendo ações para incentivar programas de responsabilidade social.

A criação do Prêmio Responsabilidade Social em Turismo – 2007, autorizado pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Núcleo de Turismo, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getulio Vargas (EBAPE/FGV) e a *Childhood Brasil*, vem atender a essa proposta.

Dessa forma, o Prêmio tem por objetivo reconhecer e disseminar as práticas de responsabilidade social de organizações não-governamentais ou empresas que visem à proteção dos direitos da criança e do adolescente, estimulando a atitude ética e compromissada da instituição em relação às suas atividades e à sociedade.

Com este livro, pretende-se, por meio da divulgação das melhores práticas de responsabilidade social selecionadas, estimular a atuação de outras instituições que tenham uma preocupação genuína quanto ao tema da proteção dos direitos da criança e do adolescente, incentivando a adoção de práticas semelhantes por organizações, que possam gerar mudanças positivas para a sociedade.

*Ministério do Turismo
Fundação Getulio Vargas
Childhood Brasil*



Sumário

Introdução.....07

Premiados

CIAF - Centro Integrado de Apoio Familiar

Código de Conduta para a Proteção de Crianças da Exploração Sexual em
Viagens e Turismo na cidade de Recife11

RESPOSTA - Responsabilidade Social Posta em Prática

Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil
no Rio Grande do Norte - uma RESPOSTA à sociedade27

Menção Honrosa

Itaipu Binacional

Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente53



Introdução

O Prêmio Responsabilidade Social em Turismo foi criado, em 2007, pelo Núcleo de Turismo, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getulio Vargas (EBAPE/FGV), por meio do Observatório de Inovação Social do Turismo, em parceria com o Ministério do Turismo e a Childhood Brasil. O MTur tem um papel central na formulação e no apoio a práticas de turismo sustentável, enquanto que a Childhood Brasil, com atuação no País desde 1999, é o braço brasileiro da World Childhood Foundation, instituição voltada para a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de risco.

O Prêmio é uma iniciativa de alcance nacional que tem o objetivo de reconhecer, premiar e disseminar projetos ou experiências de empresas e organizações não-governamentais (ONGs).

Os objetivos específicos do Prêmio Responsabilidade Social em Turismo — 2007 são:

- Identificar experiências que contribuam para a prevenção e combate da exploração sexual de crianças e adolescentes, tanto por turistas estrangeiros quanto brasileiros;
- Divulgar projetos ou experiências que sejam representativos das boas práticas adotadas no contexto nacional; e
- Estimular outras instituições a adotarem ações de responsabilidade social voltadas para a proteção dos direitos da criança e do adolescente.



Lançado em julho de 2007, o Prêmio foi divulgado entre empresas e associações ligadas ao setor de turismo, ONGs, bem como na mídia em geral. Foram recebidas 16 inscrições de instituições dos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo, bem como do Distrito Federal. Tal fato revela, pois, a repercussão do Prêmio em nível nacional.

Em uma primeira etapa, foram selecionados projetos e experiências cujos focos mais se adequavam aos objetivos do Prêmio. Numa segunda fase, foram solicitadas informações mais detalhadas acerca de projetos e experiências inscritos. Por fim, as instituições receberam a visita de pesquisadores do Observatório de Inovação Social do Turismo, para coleta de informações, entrevistas com as instituições executoras e com os parceiros desses projetos, além da população local.

Com os resultados obtidos nas pesquisas de campo, procedeu-se à elaboração dos estudos contidos neste livro, de forma a disseminar as melhores práticas, associadas ao turismo, de prevenção e combate à exploração sexual infanto-juvenil associadas ao turismo.

A presente obra apresenta as três experiências que conquistaram o Prêmio Responsabilidade Social em Turismo – 2007. A primeira delas descreve a atuação do Centro Integrado de Apoio Familiar, que, a partir de 2003, entre outras atividades, iniciou um importante projeto a fim de sensibilizar a sociedade local e capacitar agentes envolvidos no setor de turismo e hotelaria com o objetivo de coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Uma segunda premiação foi concedida à ONG RESPOSTA – Responsabilidade Social Posta em Prática, referente ao Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil. O artigo relata a atuação da ONG, também a partir de 2003, quando passou a administrar



esse Código, o qual corresponde à primeira iniciativa dessa natureza realizada no Brasil e na América do Sul. Vale lembrar que a ONG também tem como missão promover os direitos da criança e do adolescente naquele estado, por meio da mobilização e articulação dos vários setores da sociedade, estimulando a adoção de práticas éticas e socialmente responsáveis.

O terceiro estudo ressalta que, com o significativo incremento populacional registrado no município de Foz do Iguaçu, principalmente a partir da década de 1970, e o não acompanhamento da ampliação da infra-estrutura local, agravaram-se diversos problemas, como violência, contrabando e exploração sexual. O artigo sobre o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente, da Itaipu Binacional, que recebeu menção honrosa, identifica, pormenorizadamente, a experiência daquela empresa pública, em parceria com outras instituições, no enfrentamento do problema, bem como resultados obtidos em anos recentes.

Cabe ressaltar que a iniciativa de criar um Prêmio com esse foco justifica-se plenamente ao observar-se a gravidade do problema na realidade brasileira. O relatório sobre o abuso sexual, relativo às denúncias feitas no período compreendido entre janeiro de 2000 e 31 de janeiro de 2003, registrou 1.547 denúncias, das quais 51,39% foram provenientes do Sudeste; 24,43%, do Nordeste; 11,25%, do Sul; 7,05%, do Norte e 5,88%, do Centro-Oeste.

Quando tais dados são desagregados por município, é possível observar que o problema se apresenta de maneira muito contundente nos grandes centros turísticos nacionais. Por exemplo, entre as capitais, o município do Rio de Janeiro liderou o ranking das denúncias com 13,11% do total; seguido de Fortaleza e São Paulo, ambos com 4,33%; Manaus, 2,33%; Salvador, 1,81% e Recife, 1,51%.

Outra informação que consta nesse relatório deve ser destacada: quando se traça um perfil do agressor, constata-se que 21,67% são turistas estrangeiros e nacionais.



Diante desse quadro, o Prêmio Responsabilidade Social em Turismo — 2007 vem desempenhar um papel importante tendo em vista o ineditismo de sua abordagem específica. Com isso, o Prêmio pode representar um novo espaço articulador, em que os atores sociais — públicos e privados — possam sistematizar ações e trocar experiências.

Em função do foco bem delimitado, objetiva-se sensibilizar a sociedade com relação à gravidade do problema e, assim, estimular que as ações voltadas para o seu enfrentamento e sua prevenção possam não apenas ser valorizadas, como também ser multiplicadas ao receberem o reconhecimento público.

Marco Antônio Carvalho Teixeira

Cristiane Rezende

Paulo Cesar Stilpen



**PRÊMIO
RESPONSABILIDADE
SOCIAL EM TURISMO**

Premiado

CIAF - Centro Integrado de Apoio Familiar

Código de Conduta para a Proteção de Crianças da
Exploração Sexual em Viagens e Turismo na
cidade de Recife



CIAF - Centro Integrado de Apoio Familiar

Código de Conduta para Proteção de Crianças
da Exploração Sexual em Viagens e Turismo
na cidade de Recife

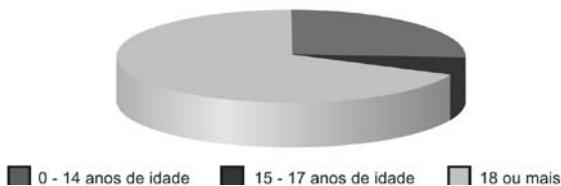
Cristina Marins¹

Introdução

Ao debater questões relativas ao Nordeste brasileiro é comum que encontremos abordagens de duas realidades distintas, embora paralelas, que criam o cenário para o assunto que trataremos ao longo deste capítulo.

A primeira abordagem diz respeito à região em crescente desenvolvimento econômico nas áreas de indústria e de serviço. A localização da região nordeste, próxima a alguns grandes mercados mundiais, favorece o crescimento de setores, como *agribusiness*, turismo, *software*, indústrias de transformação. A região metropolitana do Recife é a mais influente área de concentração da indústria nordestina, destacando-se os seguintes centros industriais: Cabo, Jaboatão e Paulista. A capital do estado de Pernambuco é, pois, considerada um dos principais centros urbanos do Nordeste brasileiro. Segundo estimativa do IBGE, sua população, no final do ano de 2007, era de 1.533.580 habitantes.

Gráfico 1: População por faixa etária



Fonte: IBGE, 2007.

¹ Pós-graduanda em Sociologia Política e Cultura pela PUC-Rio; aluna do Cours de Civilisation Française da Sorbonne; Graduada em Administração de Empresas com ênfase em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing; Técnica em Turismo pelo North Devon College - Inglaterra.



No setor de serviços, a área que apresenta maior destaque é, sem dúvida, o turismo. O Nordeste do Brasil tornou-se destino de milhões de turistas e rota de grandes investimentos internacionais — que incluem a construção de grandes hotéis e *resorts* — atraídos pela beleza do litoral e pelos recentes investimentos governamentais voltados para o desenvolvimento da atividade turística na região.

A segunda característica freqüentemente relacionada com o Nordeste brasileiro diz respeito aos problemas sociais da região. A análise da qualidade de vida da maioria de sua população evidencia que o Nordeste apresenta o mais grave quadro social do País. O número de analfabetos e a taxa de mortalidade infantil são as mais altas do Brasil.

Se, nessa região do País, a indústria do turismo constitui importante fonte de renda, ela também permite que cresça a prostituição entre a população de crianças e adolescentes que vivem em condições sociais precárias. Cidades como Natal, Fortaleza, Salvador e Recife tornaram-se centros de turismo sexual envolvendo menores, tanto em nível nacional como internacional.

Assim, a discussão se concentrará no estado de Pernambuco, mais precisamente na cidade de Recife, um dos principais portões de entrada de turistas no Brasil, onde surgiu um movimento contra a exploração sexual de crianças que logo se transformou na ONG CIAF—Recife (Centro Integrado de Apoio Familiar).

Nas próximas páginas, encontra-se a história dessa ONG, as descrições das ações implementadas, seus desafios e suas possibilidades.



História

A história do CIAF de Recife começa no interior do estado de São Paulo, em Ribeirão Preto, onde um médico e três amigos se reuniram, há 11 anos, em maio de 1996, para atender voluntariamente crianças e adolescentes em risco de gravidez, prostituição e drogas. Ainda hoje, a ONG atua na cidade e tem como principais linhas de trabalho o suporte a mães adolescentes e a famílias desfavorecidas social e economicamente, a prevenção da gravidez em adolescentes, a atenção a mulheres vítimas da prostituição e a preparação de jovens para o mercado de trabalho.

A ONG chegou a Recife pelas mãos de um dos fundadores do CIAF, o médico Dr. Wilson Lins Oliveira Júnior, que, de férias naquela cidade, testemunhou, na praia de Boa Viagem, a exploração de crianças. O médico foi abordado por uma menina, de aproximadamente 10 anos, que pedia dinheiro para alugar uma bóia para brincar na arrebentação do mar. Para não dar diretamente o dinheiro, o Dr. Wilson contratou a bóia com um ambulante; após brincar a manhã inteira, a criança se dirigiu ao médico agradecendo-lhe e insinuando-lhe favores sexuais em retribuição ao pagamento do aluguel do brinquedo. Após se esquivar das investidas da criança, o médico vivenciou o alto grau de vulnerabilidade das crianças que ficam nas praias.

Então, experiente no cuidado de crianças em risco de exploração sexual, após obter orientações da Professora Lizete Lins de Oliveira e do Padre Maurice Parant — militantes do Movimento de Promoção da Mulher, que desenvolveu em Recife diversas ações com mulheres vítimas de prostituição —, iniciou, na citada praia, um trabalho de combate à exploração sexual de crianças, buscando o apoio da população local e dos agentes envolvidos na cadeia de turismo. Iniciava-se assim o trabalho de sensibilização. Formou-se também a primeira equipe de



voluntários do CIAF que desenvolvia suas atividades, durante os finais de semana, na praia mais movimentada na cidade — principal cenário para muitas práticas de exploração sexual.

Em meados do ano de 2003, munida de folhetos informativos, uma equipe de dez estudantes, liderados pela senhora Ester Martins de Lima, hoje coordenadora do CIAF— Recife, desenvolvia atividades na praia, orientando banhistas (turistas ou não), pedestres e vendedores ambulantes. As conversas com os chamados “barraqueiros”² foram imprescindíveis para melhor compreensão do funcionamento da rede de exploração sexual montada na cidade.

O trabalho de panfletagem durou cerca de um ano e evoluiu para a distribuição de outros materiais promocionais, incluindo copos plásticos e sacos de lixo contendo um número de telefone para denúncias e orientações. Os voluntários que trabalhavam no projeto notaram a ampla aceitação dos pequenos cartões por eles distribuídos. Esse tipo de material promocional cumpria bem a proposta de divulgação da causa e apresentava baixo custo de produção.

A aproximação dos trabalhadores informais foi realizada com o objetivo de conscientizá-los sobre a ilegalidade da prática e de transformá-los em agentes de combate, não apenas por meio de denúncia, mas também estimulando-os a recusar clientes que estivessem acompanhados de prostitutas, caso suspeitassem que eram menores de idade. Cabe ressaltar que a adesão dos barraqueiros procurados não foi integral, já que muitos temiam uma perda expressiva da clientela.

Após o contato com os trabalhadores da praia, foi possível mapear as áreas críticas de exploração sexual de crianças e adolescentes. Na faixa de areia próxima a hotéis de grande porte, por exemplo, era comum a observação da prática pelos turistas.

² São chamados de barraqueiros, os trabalhadores informais das praias de Recife que possuem uma pequena barraca e vendem bebidas e alguns alimentos.

Figura 1: Cartão de sensibilização e orientação³

Durante o trabalho de sensibilização, também foi constatada a existência de diversos facilitadores de exploração sexual — muitas vezes os próprios barraqueiros ou, ainda, funcionários de hotéis. Configurava-se, dessa forma, a necessidade de um trabalho estruturado para o combate da exploração sexual nos hotéis da cidade.

Atual dinâmica da ONG

Pode-se dizer que, em Pernambuco, o Centro Integrado de Apoio Familiar — CIAF — tem, como peça central, a ação denominada *“Exploração sexual de crianças? Desculpe-nos, não temos este serviço. Por favor não insista”*.

A campanha foi formatada em fases interligadas e interdependentes, embora pertencentes a dois grupos de ações distintas:

³ denominado de Indicador de Informação, na Campanha CIAF.

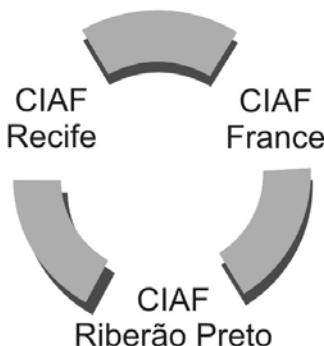


- o primeiro grupo de ações é desenvolvido com o Recife Convention and Visitors Bureau (RC&VB) e com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Pernambuco (ABIH—PE), parcerias que serão detalhadas mais adiante. Nessa fase, o objetivo principal é a divulgação e a adesão do maior número de estabelecimentos possível ao Código de Conduta para a Proteção de Crianças da Exploração Sexual em Viagens e Turismo (The Code — ECPAT Internacional);
- o segundo grupo de ações envolve o Centre Intégré d'Appui Familial — CIAF—France (Centro Integrado de Apoio Familiar da França — fundado pelo Dr. Wilson, Pe. Guy Gelly e membros da comunidade portuguesa da Basílica de St. Denis) — que tem como meta estatutária a captação de recursos e novos apoiadores e a promoção da campanha de Recife entre ONGs, grupos financiadores e agências de viagens da região de Paris. O CIAF—France é também um importante colaborador na organização de intercâmbio de profissionais.

Cabe ressaltar ainda que a unidade CIAF—Ribeirão Preto articula as unidades CIAF—Recife e CIAF—France, o que é importante para as ações desenvolvidas em Pernambuco, uma vez que é a maior estrutura da ONG que possui funcionários de diversas áreas e experiência na atenção e combate à exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes.



Figura 2: articulação CIAF



Campanha na rede hoteleira de Recife

O início do trabalho com os hotéis de Recife exigia que o CIAF idealizasse uma nova forma de trabalhar o combate à exploração sexual comercial. Parcerias foram firmadas e foi adotado o The Code⁴ como elemento norteador das ações a serem desenvolvidas.

A então voluntária Ester foi profissionalizada, bem como os estudantes participantes do projeto. Alunos dos Cursos Universitários de Turismo foram beneficiados por meio de bolsas de estudos. O CIAF, em parceria com o Jangadeiro Hotel, instalou-se na praia de Boa Viagem e foi desenhado o planejamento de implantação da campanha de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em Recife.

É importante destacar que, para que um hotel possa abraçar a campanha, é necessário que se assine um termo de adesão no qual haja um

⁴ Código de Conduta para a Proteção de Crianças contra a Exploração e Turismo Sexual, criado em 1998 pela rede de cooperação mundial não-governamental ECPAT, em parceria com a Organização Mundial do Turismo



compromisso de combater o turismo sexual. Os funcionários devem obrigatoriamente passar por uma capacitação de cerca de duas horas. Nenhuma taxa é cobrada dos hotéis participantes; apenas é solicitado que liberem os funcionários e que disponibilizem espaço para o treinamento.

Reuniões de capacitação



Ao final da capacitação, os funcionários assinam termos de responsabilidade individuais por meio dos quais reconhecem ter tomado ciência da legislação brasileira e se comprometem a combater a exploração sexual de crianças no turismo. Terminado o treinamento, cada funcionário recebe um certificado e duas cartilhas, uma do ECPAT—Internacional (Perguntas e respostas sobre a exploração sexual de crianças com fins comerciais), traduzida pela equipe do CIAF, e outra (Noções básicas), elaborada pela mesma equipe, embasadas pelo Código de Conduta ECPAT Internacional, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Constituição e pelo Código Civil.

Uma vez cumprida a etapa de capacitação, os hotéis recebem o material promocional de combate à exploração sexual de crianças, que inclui adesivos para os quartos, folhetos, cartazes, quadros (para elevadores e escadas) e um display que deve ficar sobre o balcão da recepção. Há também um carimbo-selo para que o hotel utilize em seus documentos (faturas, notas fiscais, cheques etc.). Por intermédio desse conjunto de sinalizadores, pretende-se constranger aqueles turistas considerados potenciais clientes da prostituição infantil.



Figura 3: Pôster



O processo de capacitação é lento e, para que ele ocorra, é necessário contar com a colaboração de funcionários e gerentes dos hotéis. Muitas vezes é preciso realizar diversas reuniões de treinamento, a fim de que a totalidade dos funcionários de um hotel esteja apta a aderir ao programa.

Conteúdo da capacitação

- Informações institucionais: os funcionários treinados recebem informações sobre o CIAF, seu surgimento e o trabalho realizado nas diferentes filiais;
- Público-alvo da campanha;
- Dados sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no mundo, congressos e políticas (ECPAT, Nações Unidas);
- Categorias de exploração sexual;
- Conseqüências da exploração;



- Envolvidos;
- Possíveis ações (prevenção, intervenção, sensibilização, educação);
- Aspectos jurídicos;
- Código de conduta;
- Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outras ações da ONG

O Centro Integrado de Apoio Familiar — CIAF — atua com a comunidade de Pernambuco desenvolvendo ações durante todo o ano. Palestras em escolas, seminários informativos, eventos voltados a públicos específicos da área de proteção da infância, como policiais, ONGs, conselhos tutelares, representantes governamentais, constituem um trabalho contínuo do CIAF.

A fim de melhor compreender a questão da exploração sexual na cidade de Recife, o CIAF realizou, no ano de 2004, pesquisa com 277 crianças e adolescentes, de 6 a 18 anos, que trabalhavam nas praias de Boa Viagem e Pina. O quadro a seguir apresenta alguns dados obtidos na pesquisa:

Tabela 1 – Resultados da pesquisa de campo -CIAF

Pesquisa de Campo - Resultados Obtidos

40% possuem idade inferior a 14 anos

40% são do sexo feminino

90% residem com familiares

19% relataram episódio de violência doméstica

81% freqüentam a escola



83% afirmam que trabalham para ajudar na renda familiar

6% afirmam que trabalham obrigados pelos pais

53% afirmam que ganham entre R\$ 1,00 e R\$ 10,00/dia

54% dão todo o dinheiro que recebem para os seus pais

55% compram coisas para si com o dinheiro que recebem

19% já usaram algum tipo de droga

8% referem uso de drogas na família

76% não sabem o que é AIDS

42% possuem vida sexual ativa

69% não sabem com evitar gravidez

10% referem já ter sido vítima de assédio de turistas

36% relatam medo da situação de assédio

70% dos assédios partiam de turistas brasileiros

80% dos assédios ocorreram durante o dia

15% referem já ter visto situações de turismo sexual

Parcerias institucionais

As parcerias institucionais são, para o CIAF, de grande importância e, no Recife, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Pernambuco (ABIH—PE) e o Recife Convention & Visitors Bureau (RC&VB) mantêm vínculos estreitos com a ONG. As duas instituições foram procuradas na fase de implantação do código de conduta nos hotéis e tornaram-se fundamentais na continuação do projeto. Atualmente, é na sede do RC&VB que se localiza o escritório do CIAF.



Hoteleiro e presidente da ABIH e do RC&VB, em 2007, o senhor José Otávio de Meira Lins explica que, o considerável incremento de vôos *charters* provenientes de países, como Alemanha e Itália, trazendo turistas sexuais, nunca proporcionou qualquer benefício à indústria turística de Pernambuco. Segundo o hoteleiro, a prática do turismo sexual inibe outras formas de turismo e, portanto, resulta em prejuízos para os empresários do setor. Assim, a adesão à campanha pelas instituições parceiras foi imediata.

O trabalho atual da ABIH e do RC&VB regionais é o de injetar recursos para ampliar a adesão de hotéis na região metropolitana.

O CIAF do Recife mantém, desde 2000, um relacionamento próximo com autoridades e ONGs da França, país que trabalha para combater o turismo sexual na origem e que, por isso, envia cada vez menos turistas dessa modalidade. Ainda em 2000, foi realizado o primeiro seminário Brasil—França pela Prevenção da Prostituição (com participação do Mouvement du Nid e Amicale du Nid — associações francesas especialistas em atenção à vítimas da prostituição). Em 2002, foi estabelecida uma parceria com o Tribunal da Infância de Créteil (região de Paris), por meio de sua presidente, Mme. Marie Dominique Vergez. Em 2004, foram articuladas pelo CIAF reuniões da Desembargadora e Magistrados do Tribunal de Pernambuco.

Não podemos deixar de mencionar a contribuição do Groupe Développement, visto que foi pelo contato com o mesmo que o CIAF teve conhecimento do The Code — ECPAT Internacional —, bem como da proposta mundial de combate da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Indiretamente, o Groupe Développement colaborou com o CIAF—Recife por meio do financiamento da construção da sede do CIAF em Ribeirão Preto, bem como pelo apoio financeiro para a execução de seus projetos de atendimento a crianças e jovens, uma ação em conjunto com a Comissão Européia.



Mais uma parceria foi recentemente firmada com a Fundação Jyotis, com sede em Montreal, no Canadá, que apresenta como um de seus objetivos o fornecimento de bolsas de estudo para universitários de Turismo. Vale lembrar que, em 2007, foi beneficiado o primeiro universitário, e que os que recebem as bolsas são colaboradores do CIAF—Recife.

O CIAF possui ainda outros apoiadores que financiam seus projetos: são empresas ou pessoas físicas que fazem doações de serviços ou de numerários para a confecção de material de campanha, utilizado por essa instituição em Recife.

Resultados alcançados e desafios

Segundo dados da ABIH—PE, existem 52 hotéis na região metropolitana de Recife, entre os quais 22 já aderiram à campanha.

Tabela 2 - Número de unidades hoteleiras, unidades habitacionais e leitos em Recife			
	Unidades Hoteleiras	Unidades Habitacionais	Leitos
Região Metropolitana	52	10.984	27.724
Estado - PE	756	17.834	45.203

Fonte: ABIH-PE

O processo de adesão de cada unidade requer um longo período de tempo para que se possa cumprir o treinamento da totalidade dos funcionários e as demais etapas de adesão.



Em função dos problemas enfrentados pela hotelaria local, foi criado o procedimento chamado de “imutabilidade da reserva”, ou seja, feita a reserva de um apartamento *single*, não é possível fazer alteração, se o cliente já realizou o *check-in*. Esse procedimento foi adotado por boa parte dos hotéis da região.

A adesão de maior número de hotéis à campanha depende de colaboradores para o treinamento e, atualmente, a ONG possui apenas uma funcionária em seu quadro fixo (os demais são estudantes voluntários).

Um próximo passo do CIAF é a expansão do trabalho de adesão, que é hoje voltado aos hotéis, para bares, restaurantes, casas noturnas e operadoras de táxi, além da captação de recursos financeiros que permitam novas bolsas de estudo para estudantes colaboradores da ação em Recife.

Figura 4: Adesão à campanha





Considerações Finais

A questão da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil dispõe ainda de dados insuficientes para uma avaliação precisa dos resultados alcançados com as ações de combate. O perfil dos jovens explorados e o funcionamento da cadeia de exploração sexual continuam sendo um desafio.

A tentativa da ONG CIAF de compreender a prática do turismo sexual em Recife é, sem dúvida, uma iniciativa digna de ser adotada por instituições que buscam lutar contra o problema, ressaltando-se que cada cidade possui características peculiares que devem ser levadas em conta no processo de combate à exploração sexual no turismo. Por meio de questionários, conversas informais ou ainda eventos que envolvam a sociedade, as ações são desenvolvidas com maior eficácia e, consequentemente, geram melhores resultados.

Também a articulação internacional é importante quando se trata do combate ao turismo sexual que tem como alvo crianças e adolescentes. As ações, nos países emissores, podem diminuir a demanda por turismo sexual em destinos turísticos; somadas às ações no próprio destino formam uma rede de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes potencialmente capaz de erradicar o problema em questão.



**PRÊMIO
RESPONSABILIDADE
SOCIAL EM TURISMO**

Premiado
**RESPOSTA - Responsabilidade
Social Posta em Prática**

Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual
Infanto-Juvenil no Rio Grande do Norte - uma RESPOSTA
à sociedade



RESPOSTA - Responsabilidade Social Posta em Prática

Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual
Infanto-Juvenil no Rio Grande do Norte — uma
RESPOSTA à sociedade

Glauco da Costa Knopp¹

Introdução

A região nordeste brasileira possui 400Km de litoral, é nacional e internacionalmente conhecida por suas belas praias, sendo um destino turístico concorrido para aquelas pessoas que buscam sol e praia. Historicamente não há, no Brasil, uma cultura de planejamento desse tipo de atividade que contribua para agregar produtos e serviços turísticos ao modelo que advém mais das condições geográficas da região do que mesmo de intervenções humanas para colocar as capitais nortistas como cenário inspirador de viagens de lazer, razão pela qual se tornaram muito vulneráveis para acolher o perfil do turista que deseja fugir do cotidiano, vivenciar experiências exóticas em um país tropical cuja fama é conhecida em todo o mundo como exportador de jogadores de futebol, artistas e belas mulheres. Com todos esses ingredientes, a região do Nordeste se firmou como um território capaz de atender aos desejos de homens de todas as idades que buscam diversidade de experiências sexuais, o que inclui a busca por relações com jovens de pouca idade, afro-brasileiras e fixadas nas praias urbanas mais badaladas. É nesse cenário que se consolida a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

¹Mestre em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV).



A prestação de serviços sexuais, que envolve a prostituição e o turismo para fins sexuais, costuma movimentar a economia, pois muitos lucram com a atividade, desde hotéis, bares, restaurantes, motéis, até farmácias que passam a vender mais preservativos, anticoncepcionais e medicamentos com efeitos abortivos. Muitos empresários ingressam nessa teia, mesmo sabendo que, quando a prestação de serviços性uais é praticada por adultos, o ordenamento jurídico brasileiro criminaliza a discriminação e o rufianismo — auferir lucro com a prostituição de outrem, sendo, pois, o rufião tido como réu. Vale lembrar que a prostituição não é regulamentada para garantir benefícios trabalhistas e previdenciários, mas pode ser praticada livremente pelas mulheres. O movimento feminista consagrou o *slogan* “Nosso corpo nos pertence”, e a Resposta é signatária do entendimento de que os direitos sexuais e reprodutivos assegurados e arduamente conquistados não devem retroagir. No entanto, a situação das crianças e dos adolescentes não pode invisibilizar-se pela lógica do mercado e nem pela cultura machista e adultocêntrica que permite que homens brasileiros e estrangeiros afirmem não saber mais distinguir as adolescentes das mulheres jovens, além dos enunciados clichês que culpam a corporeidade e erotização das adolescentes para legitimar que essa prática é aceitável. Segundo eles, não estão fazendo nada de “errado”; só estão saindo com “uma mulher de 14 anos”.

O cenário acima descrito contribui para que boa parte da exploração sexual de crianças e adolescentes, no turismo dessa região, conte com a conivência do empresariado local e com a incapacidade do Poder Público de intervir socialmente, com eficácia, para a solução de problemas dessa natureza.

Para contribuir com a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo do estado do Rio Grande do Norte (RN), no ano de 2001, foi elaborado o Código de Conduta do Turismo contra



a Exploração Sexual Infanto-Juvenil, cujo objetivo principal é regular e orientar a conduta das empresas atuantes nesse estado, relativas ao turismo, visando à proteção de crianças e adolescentes.

A partir do ano de 2003, o Código de Conduta passou a ser administrado pela ONG Resposta — Responsabilidade Social Posta em Prática —, cuja missão é promover os direitos da criança e do adolescente no RN, por meio da mobilização e articulação dos diversos setores da sociedade, estimulando a adoção de práticas éticas e socialmente responsáveis. Assim, a ONG desenvolve ações relacionadas com a promoção do turismo sustentável e a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

O citado Código é a primeira iniciativa dessa natureza realizada no Brasil e na América do Sul. A ONG Resposta está desenvolvendo, de forma inédita, manuais de boas práticas de promoção do turismo sustentável e de proteção das crianças e dos adolescentes, destinados aos segmentos turísticos, com enfoque operacional das atividades que integram os setores das empresas. É uma forma de ensinar os(as) trabalhadores(as) do turismo a protegerem crianças e adolescentes no cotidiano de suas atividades, naquilo em que a pessoa já é profissional.

Para alcançar os objetivos do Código de Conduta, a Resposta realiza as seguintes ações:

- a) desenvolvimento de um sistema de adesão das empresas ao Código de Conduta;
- b) criação do Selo Paulo Freire de Ética no Turismo, que objetiva posicionar o compromisso público das empresas de turismo do estado com relação à exploração sexual de crianças e adolescentes e cuja renovação acontece a cada dois anos;



- c) constituição de um Comitê de Monitoramento para deliberar sobre as adesões/ renovações de adesão;
- d) capacitação dos colaboradores das empresas signatárias do Código de Conduta na temática da promoção do turismo sustentável e proteção das crianças e dos adolescentes.

Desde o lançamento do Código de Conduta, em 2001, mais de uma centena de empresas de Natal aderiram e, hoje, são signatárias.

Código de Conduta: a gênese de uma política pública

I Momento: Elaboração e validação do Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil

O Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil surgiu da observação empírica de três organizações que identificaram que o segmento do turismo não reconhecia a temática da prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes como revestida de relevante interesse nessa atividade econômica. Nesse sentido, no ano de 2001, foi organizado o seminário “O Rio Grande do Norte sabe proteger as suas crianças e adolescentes”, iniciativa liderada pelo BNB — Banco do Nordeste do Brasil S.A. —, Casa Renascer e UNP — Universidade Potiguar —, que constituiu uma aliança intersetorial e aportou consistência à iniciativa por unir três visões complementares sob um mesmo interesse: BNB — turismo sustentável; Casa Renascer — questão social; e UNP — base acadêmica na formação de novos profissionais.



O objetivo do seminário foi submeter à apreciação pública a versão preliminar do Código de Conduta que havia sido elaborado por técnicos de diversos órgãos do estado do Rio Grande do Norte. No referido seminário, estiveram presentes 160 participantes, representando 31 organizações públicas e privadas. É importante destacar que a articulação e a valorização da diversidade já constituíam valores para o projeto, em face do caráter participativo para a consolidação da versão final do Código.

II Momento: Lançamento do Código de Conduta

Apesar do ineditismo da iniciativa, que se constituiu no primeiro Código de Conduta do país e da América do Sul, houve muitas dificuldades de mobilização de recursos, razão pela qual os primeiros exemplares do Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil foram impressos mediante patrocínio do Banco do Nordeste do Brasil S.A.



O lançamento do Código de Conduta ocorreu em Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento de Turismo Pólo Costa das Dunas (conselho integrante do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste do Brasil — PRODETUR), onde também foi lançada

a Campanha *Turismo Sexual Infanto-Juvenil. Não dá pra maquiar*, que foi amplamente trabalhada no Aeroporto Internacional Augusto Severo (Parnamirim/RN), por meio de parceria com a INFRAERO no Rio Grande do Norte. Ainda nessa reunião, três líderes do turismo local assinaram o



Termo de Adesão ao Código de Conduta, resultado de um trabalho de sensibilização prévia realizado com estes atores: a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira — ABIH/RN; Associação Brasileira de Agências de Viagens — ABAV/RN; e Associação dos Meios de Hospedagem e Turismo — AMHT.

A adesão dessas lideranças foi uma estratégia para despertar o interesse e alavancar o processo de adesão ao Código de Conduta das demais organizações que, direta ou indiretamente, atuam no setor turístico na região. Na oportunidade, acreditava-se que intervenções sociais contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, de forma ampla, eficiente e perene, permitiriam que a cidade de Natal se posicionasse como destino turístico sustentável.

A ONG RESPOSTA



Em 2003, posterior à aliança intersetorial que resultou no lançamento do Código de Conduta, estavam sendo demandadas capacitações de diversos profissionais, como guias de turismo e taxistas, visando coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nesse momento, avaliou-se que a expansão de atividades inerentes à causa do combate à exploração sexual infanto-juvenil justificaria a fundação de uma organização, cuja missão fosse a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Isso porque a Casa Renascer — orga-



nização não-governamental na qual o Código teve sua gênese — tinha um trabalho exclusivamente voltado para o atendimento às meninas em situação de risco pessoal e social em Natal e iniciativas de cunho de responsabilidade social corporativa ultrapassavam o seu escopo de atuação. Assim, surgiu a ONG Resposta — Responsabilidade Social Posta em Prática —, fundada por 17 pessoas com notáveis serviços prestados ao estado do Rio Grande do Norte.

A Resposta é cadastrada no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes da cidade do Natal — COMDICA — e no Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes — CONSEC — e é portadora de Títulos de Utilidade Pública estadual e municipal, publicados em Diário Oficial.

Ainda no ano de 2003, houve os 23 primeiros pedidos de adesão ao Código de Conduta. Para atender às solicitações, a ONG Resposta convocou o Comitê de Monitoramento do Código de Conduta e implantou o Sistema de Adesão das Empresas.

O Sistema de Adesão das Empresas ao Código de Conduta consiste nos requisitos formais que devem ser observados e avaliados pelo Comitê de Monitoramento nas empresas que solicitam o pedido de adesão, mediante análise de documentos constitutivos, verificação das certidões emitidas pelas justiças federal e estadual e pela vara da infância, visita *in loco*, entrevista com dirigente norteada por um *checklist* e, por fim, elaboração de parecer. Uma vez atendidos tais requisitos, é concedido às organizações o Selo Paulo Freire de Ética no Turismo, cuja renovação acontece a cada dois anos, após novo processo de avaliação e capacitação.

Naquela oportunidade, foram entregues aos empresários, além da placa do Selo, adesivos para posicionar a empresa junto a seus *stakeholders*, que foram fixados em cartas da empresa, telefones nos apartamentos,



micros das recepções etc. com a frase: “*Eu sigo o Código, e você?*” (em quatro idiomas) (ver Anexos).

O ano de 2004 foi dedicado ao fortalecimento institucional da Resposta, celebração de convênios de parcerias, declaração de missão, visão, valores, elaboração do planejamento estratégico da organização e estudos técnicos que apoiaram a elaboração do padrão dos conteúdos que integram as capacitações oferecidas pela ONG nas empresas. Como estratégia de fortalecimento institucional e busca pela implantação de uma cultura técnica de excelência, a Resposta criou o Projeto *Quem pergunta quer resposta* (ver Anexos), cujo objetivo era realizar diálogos técnicos com notáveis especialistas que produzem conhecimento em áreas afins à da Resposta. Além disso, foi realizado o lançamento público da organização, com a presença de dezenas de autoridades. Na oportunidade, o público excedeu o limite permitido no Centro Cultural Casa da Ribeira, comparecendo, pois, mais pessoas do que as que haviam confirmado antecipadamente. Assim, a Resposta já surgiu contando com o reconhecimento público de sua relevância e, além disso, muitas empresas assinaram a adesão ao Código de Conduta.

No segundo semestre de 2004, a solenidade de apoio das empresas ao Código, aconteceu em um *Shopping Center*. Foram entregues o Selo e os adesivos com o slogan: “*Respeite o Código. Respeito é bom e todo mundo gosta*” a lojas, bares e restaurantes signatários (ver Anexos). A escolha de um shopping para o evento foi proposital para posicionar o Código de Conduta no segmento do varejo em face do crescente número de empreendimentos dessa natureza que estavam sendo inaugurados nas praias urbanas de Natal, com serviços de música ao vivo, shows artísticos, bares e danceterias com ritmos latinos que se tornaram *points* preferidos de turistas. Pela atratividade das opções de lazer e pela segurança oferecida pela direção do *shopping*, por causa



da demanda de turistas, era crescente a circulação de prostitutas e de adolescentes desacompanhadas de pais ou responsáveis.

Ainda nesse ano, a Resposta consolidou denúncias que asseguraram a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar a exploração sexual no território brasileiro e foi lançada a Frente Parlamentar dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, uma solicitação da Resposta para os dirigentes do Parlamento Estadual. Paralelamente, ocorreram eleições municipais, e a Resposta organizou, em parceria com a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte, a Associação dos Magistrados e Natal Voluntários, em parceria com a TV Universitária, transmissora local da rede pública de televisão — TV Cultura —, um debate com os dois candidatos que disputavam o segundo turno das eleições locais, ocupando o espaço de cobrança de compromissos com os temas de legítimo interesse da população infanto-juvenil do Rio Grande do Norte.

Em 2005, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil — OAB/ Secção Rio Grande do Norte — e o jornal Diário de Natal, a Resposta promoveu o Seminário “*Natal. Quem ama protege*”, cujo enfoque era a discussão de políticas públicas envolvidas com o tema do Turismo Sustentável & Infância. Também nesse ano, a ONG prestou consultoria técnica para a *Atlântica Hotels International* e para a Childhood Brasil, para a elaboração de conteúdo nessa seara, e para o Ministério do Turismo, com a feitura de documento que subsidiou a reunião dos ministros de Turismo da América do Sul.

Em 2006, a Resposta desenvolveu a campanha *Exploração sexual infanto-juvenil não é brincadeira de adulto. Muito menos de criança*, que contou com a parceria de todos os veículos de comunicação do



estado do Rio Grande do Norte. Essa campanha também foi trabalhada com 1.010 profissionais do sexo de 150 casas de prostituição na região da Grande Natal, mediante parceria da Resposta com a

ASPRORN — Associação dos e das Profissionais do Sexo e Congêneres do Rio Grande do Norte. O intuito da ação foi sensibilizar as lideranças desse segmento para que aderissem à causa e comunicassem à sociedade, de forma legítima, que as suas atividades não são adequadas a crianças. Com isso, buscava-se desestimular a iniciação sexual de adolescentes com prostitutas, prática que ainda é realizada em muitos municípios brasileiros. Nesse ano, foram renovadas as adesões das empresas signatárias, protocoladas nos anos 2003 e 2004, e novas empresas passaram a adotar o Código de Conduta.

A fundação da Resposta possibilitou a ampliação dos apoios ao Código de Conduta e a constituição de uma equipe técnica. Nesse sentido, atualmente, a organização desenvolve o diagnóstico sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto do turismo em Natal (RN) e está planejada para produzir Manuais de Boas Práticas de Promoção do Turismo Sustentável e Proteção de Crianças e Adolescentes, destinados ao segmento de meios de hospedagens, bares, restaurantes e agentes de viagens que operam em todos os estados da federação. Até agora, foi elaborado um manual destinado aos meios de hospedagem e encontra-se em desenvolvimento outro, direcionado a bares e restaurantes. Em 2008, a Resposta iniciará a preparação do Manual de Boas Práticas dedicado aos agentes de viagens.



Os parceiros do projeto

Nas políticas públicas, as parcerias e alianças constituem importantes instrumentos para a viabilização de projetos e seus respectivos objetivos. Dessa forma, a ONG Resposta, para alcançar suas metas institucionais ligadas à prevenção contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, buscou realizar alianças com organizações do Poder Público e da sociedade civil do estado do Rio Grande do Norte. Cada um dos parceiros desempenha um papel importante na luta pela causa. Podem-se entender as atribuições dos atores envolvidos da seguinte maneira:

RESPOSTA: Secretaria o processo de adesão das empresas ao Código de Conduta, concebe conteúdos didáticos e ministra treinamentos nas empresas.

COMITÊ DE MONITORAMENTO: Possui freqüência média de reuniões mensais, visita às empresas quando da adesão e renovação do Selo Paulo Freire de Ética no Turismo. É a instância competente para deferir ou suspender adesões.

EMPRESAS: É de livre adesão que solicitam formalmente serem signatárias do Código de Conduta. Trata-se de um compromisso público. O Código destina-se a organizações, direta ou indiretamente, relacionadas com o segmento do turismo. São essas organizações que devem cumprir as recomendações apontadas pelo referido instrumento norteador de condutas para a proteção das crianças e dos adolescentes no ambiente da empresa.

O Comitê de Monitoramento é composto pelos representantes do Poder Público do Rio Grande do Norte e da sociedade civil, divididos



em membros titulares e membros suplentes. São membros titulares: o Ministério Público estadual; a Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias da Secretaria de Estado do Trabalho, da Justiça e da Cidadania — CODEM/SEJUC/RN; o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONSEC/RN; a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Natal/RN — SEMTAS; a ONG Casa Renascer; e a Universidade Potiguar — UNP. São membros suplentes: a Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte — SETUR/RN; a Secretaria Especial de Comércio, Indústria e Turismo de Natal/RN — SECTUR; a organização sem fins lucrativos Canto Jovem; o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua — MNMMR; e a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente — FUNDAC.

Como mencionado anteriormente, o Comitê de Monitoramento é a instância competente para deferir ou suspender adesões ao Código de Conduta, mediante visita técnica, aplicação de *checklist* e elaboração de parecer. As capacitações são realizadas pela ONG Resposta, e os conteúdos concentrados em dois blocos temáticos. Um é teórico, o que garante a interface dos interesses dos colaboradores das empresas com a gramática dos direitos das crianças e dos adolescentes. O outro é prático, pois apresenta procedimentos de ordem pragmática para a prevenção da exploração nas empresas de meios de hospedagens, bares e restaurantes, agentes de viagens e eventos. O conteúdo programático da capacitação poderá ser visualizado nos Anexos deste documento.

No que diz respeito às empresas, atualmente existem 116 delas associadas ao Código, entre as quais cabe destacar: o Manary Praia Hotel; a Agência Potiguar/CVC Natal; a Agência Destaque Promoções.

O Manary Praia Hotel aderiu ao *Código de Conduta do Turismo contra*



a *Exploração Sexual Infanto-Juvenil* no ano de 2003, conforme consta em seu termo de adesão. Em todos os seus materiais promocionais verificados — sítio eletrônico, informativo das normas do hotel aos hóspedes, recibo de confirmação de reserva, tarifário da agência — consta a seguinte frase em destaque:

“Como signatário do ‘Código de Conduta contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil’, o Manary reitera sua adesão a esses princípios — repudiando, ainda, toda a forma de turismo sexual.”

A Agência Potiguar é uma agência de receptivo, operadora local da rede CVC. Em seus materiais promocionais, é dado destaque ao posicionamento da empresa com relação a não tolerar a exploração sexual de crianças e adolescentes em suas operações. A Potiguar possui uma revista promocional cuja tiragem é de 300 mil exemplares e, em sua capa, está estampada a imagem da campanha *“Aqui exploração sexual não é atração”* (ver Anexos). A agência, ainda, orienta os guias de turismo a abordarem, junto aos clientes, o compromisso da empresa com a proteção à infância.

A Agência Destaque é a organizadora do CarNatal, o maior carnaval fora de época do Brasil. Além de divulgar o selo da campanha de combate à exploração sexual infanto-juvenil em seus materiais promocionais, durante o CarNatal, estampa a imagem do selo nas camisas dos abadás dos foliões e exibe os vídeos promocionais da ONG Resposta, destinados à conscientização do público sobre a importância da causa, inclusive nos *shows* que ocorrem durante todo o ano. Após a adesão ao Código de Conduta, foi incrementado o controle do acesso de adolescentes aos seus eventos, nos quais são promovidas também campanhas, como *“Aqui exploração sexual não é atração”* e *“Exploração sexual não é brincadeira de adultos, muito menos de criança”*, entre os foliões (ver Anexos).



A relação entre a ONG Resposta, o Comitê de Monitoramento e as Empresas signatárias do Código está representada a seguir:

Figura 1: Relação Resposta/ Comitê/ Empresas



As fontes de financiamento do projeto

A Resposta elegeu, no seu planejamento estratégico, as principais medidas para mobilização de recursos a fim de assegurar a sustentabilidade dos projetos desenvolvidos pela organização. Além disso, possui uma política institucional que impede a organização de acessar fundos públicos com o objetivo de preservar sua autonomia diante do Poder Público. As principais fontes de financiamento da organização são apresentadas na figura a seguir:



Figura 2: Fontes de financiamento da ONG Resposta



- a) De 2004 a 2007, 61% dos recursos movimentados pela Resposta foram obtidos por meio de projetos aprovados com as agências de cooperação. A Resposta aprovou projetos com as organizações: DKA/ Áustria; *Childhood Brasil*; Groupe Dévellopement; e Save The Children/ Suécia;
- b) Os outros 39% foram advindos de geração de recursos próprios, por meio da prestação de serviços de consultoria, doação de empresários(as) e venda de produtos da *griffe* social da Resposta, cujo quiosque estava instalado no Natal Shopping. Atualmente os produtos estão sendo comercializados pela Companhia Brasil; e
- c) Quando da realização de eventos, a Resposta mobiliza a sua rede de relacionamentos para captação de patrocínios e permutes.



Quiosque e desfile da *griffe* social da Resposta no Natal Shopping Fashion



Os resultados e a repercussão do projeto

Nos seus quatro anos de existência, a Resposta realizou inúmeras ações com o intuito de prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, promover o turismo sustentável em Natal e conscientizar a população acerca da causa. Em virtude desse empenho, a atuação da ONG vem trazendo resultados expressivos e obtendo repercussão bastante positiva entre o empresariado, o Poder Público e a sociedade civil do Rio Grande do Norte. São apontados, a seguir, alguns resultados e os efeitos da atuação da ONG Resposta na proteção dos direitos da criança e do adolescente:

- a) Valorização dos direitos das crianças e dos adolescentes no mercado turístico local;
- b) Prevenção de casos de exploração sexual nas empresas de turismo;
- c) Investimento na educação dos adultos para que aprendam a proteger as crianças e os adolescentes;



- d) Apresentação de denúncias de casos de exploração sexual ao Ministério Público do estado do Rio Grande do Norte;
- e) Proposição e acompanhamento da atuação da Frente Parlamentar dos Direitos das Crianças e Adolescentes na Câmara de Vereadores do município de Natal e na Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte com o objetivo de propor políticas públicas direcionadas e ampliação do orçamento público para iniciativas de interesse das crianças e adolescentes;
- f) Cobrança de políticas públicas para melhorar os sistemas de defesa e responsabilização nos casos de crimes cometidos contra crianças e adolescentes;
- g) Registro fotográfico da situação das crianças e dos adolescentes de comunidades empobrecidas que convivem com o turismo em Natal;
- h) Celebração de acordos formais entre empresas signatárias e fornecedores, inserindo-se cláusula que assegura que a empresa não aceita exploração sexual de crianças e adolescentes nas suas operações;
- i) Adesão ao Código de Conduta como critério para a inserção de empresas locais no Programa de Qualidade em Serviços Turísticos, dirigido pelo SEBRAE/RN;
- j) A Associação Representativa de Ponta Negra — AR PONTA NEGRA — só permite a inserção de associados que sejam signatários do Código de Conduta;
- k) Cento e dezesseis empresas reconhecem que o sucesso de seus negócios está condicionado ao nível de desenvolvimento do entorno e que a exploração sexual de crianças e adolescentes é incompatível com o turismo sustentável;



- l) Empresários abordam, de forma mais qualificada, o tema da exploração sexual infanto-juvenil com a opinião pública;
- m) Exercício de controle social dos empresários em face das omissões do Poder Público nessa área;
- n) A experiência do Código de Conduta/RN é inspiradora para outros estados da federação e empresas de grande porte que contrataram a Resposta para prestar colaboração técnica para implantação de políticas corporativas;
- o) As empresas que aderiram ao Código de Conduta, nos anos de 2003 e 2004, renovaram o Selo Paulo Freire de Ética no Turismo em 2006;
- p) Trezentos e dez colaboradores de empresas de turismo do Rio Grande do Norte foram capacitados pela Resposta no tema de promoção do turismo sustentável e proteção das crianças e dos adolescentes, somente no ano de 2006;
- q) Cinqüenta e três estudantes de Turismo foram capacitados pela Resposta na temática da promoção do turismo sustentável e proteção das crianças e dos adolescentes;
- r) Foram firmadas parcerias com sete instituições de ensino superior para a realização de atividades com universitários(as) no tema dos direitos das crianças e dos adolescentes;
- s) Habilitação de 162 condutores de veículos tipo *buggy*, 171 taxistas e 40 guias de turismo pela ONG;
- t) Capacitações da Resposta são consideradas excelentes pelos colaboradores das empresas, conforme instrumentos de avaliação anônima aplicados após as sessões de formação;



- u) Inserção, nas atividades curriculares das principais instituições de ensino superior que oferecem o curso de Turismo no estado do Rio Grande do Norte, de estudos sobre o Código de Conduta, além da abordagem do tema — exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo — em disciplinas, como Ética Profissional, Planejamento Turístico, Gestão de Hotelaria, Legislação; e
- v) Apoio de estudantes universitários, que se engajam na causa, prestam serviços voluntários à Resposta, promovem eventos e participam das mobilizações sociais.

Considerações finais

O trabalho de prevenção contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo requer ações multidisciplinares e interinstitucionais. O enfrentamento de mazelas sociais dessa magnitude, para que tenha êxito, requer a participação de organizações públicas e privadas em conjunto, formando e fortalecendo redes que auxiliem na prevenção e coibição da incidência dessa prática, sendo, portanto, a via mais eficaz para uma resposta efetiva ao problema.

Pode-se dizer que a ONG Resposta, por meio de suas ações, articuladas em parceria com representantes da sociedade civil, do Poder Público e do empresariado local, vem desenvolvendo práticas de extrema relevância para a infância e a adolescência, bem como para o setor de turismo do estado do Rio Grande do Norte. Trata-se de ações não só de prevenção, mas também de enfrentamento do problema, por meio da discussão teórico-prática da questão, de campanhas de sensibilização e de mobilização social, de capacitação e monitoramento.

O respeito à proteção da infância e da adolescência e a prevenção contra sua exploração sexual requer não só o engajamento dos inte-



grantes da cadeia produtiva do turismo nessa missão, como também a co-responsabilidade do setor empresarial turístico.

É preciso que toda a sociedade tenha consciência de que o turismo somente se tornará sustentável caso assegure a proteção do meio ambiente, respeite a igualdade entre homens e mulheres, promova os direitos humanos e, especialmente, os direitos de crianças e adolescentes.

Hoje, no estado do Rio Grande do Norte, sem dúvida graças à atuação da Resposta, pode-se afirmar que a sociedade local está mais consciente sobre a relevância da temática referida e engajada na luta contra essa mazela que atinge a todos, direta ou indiretamente. Portanto as políticas públicas empreendidas pela ONG têm atingido resultados expressivos, fornecendo, de fato, uma resposta social ao problema enfrentado ao preencher as lacunas deixadas pelo estado que, sozinho, se mostra incapaz de atender às demandas da sociedade.



EXPERIÊNCIAS PREMIADAS

Anexos

Revista Agência Potiguar



Folder CarNatal Agência Destaque

REALIZAÇÃO:



www.destaque.com.br

PATROCÍNIO:



APOIO:



Campanha *Aqui Exploração Sexual Não é Atração*

Qui lo sfruttamento sessuale non è una attrazione.
Hier ist sexuelle Ausbeutung keine Attraktion.



**AQUI
EXPLORAÇÃO SEXUAL
NÃO
É ATRAÇÃO**

Código de Conduta do
Turismo Contra a Exploração
Sexual Infanto-Juvenil

Aqui explotación sexual no es atracción.
Here sexual exploitation is not an attraction.

Campanha *Eu sigo o código, e você?*

EU SIGO O CÓDIGO, E VOCÊ?



IO SEGUO IL CODICE, E TU?

VO SIGO EL CÓDIGO, Y TÚ?

**Código de Conduta do
Turismo Contra a Exploração
Sexual Infanto-Juvenil**

I RESPECT THE CODE, DON'T YOU?



EXPERIÊNCIAS PREMIADAS

Material da campanha *Quem pergunta quer resposta*



Capa do Código de Conduta do Turismo Contra Exploração Sexual Infanto-Juvenil



**Código de Conduta do
Turismo Contra Exploração
Sexual Infanto-Juvenil**

CODE OF CONDUCT FOR THE TOURISM INDUSTRY
AGAINST SEXUAL EXPLOITATION OF CHILDREN

Respeite o Código. Respeito é bom e todo mundo gosta





CONTEÚDOS DAS CAPACITAÇÕES	TÓPICOS
MÓDULO TEÓRICO	
TURISMO	a) Mercado turístico b) Atrativo turístico c) Produto turístico d) Operação turística e) Cadeia produtiva f) Turista g) Hóspede
RESPONSABILIDADE SOCIAL E ÉTICA	a) Responsabilidade social corporativa b) Turismo sustentável c) Ética individual d) Ética empresarial e) Compromisso social com a proteção de crianças e adolescentes
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	a) O que é infância? b) O que é adolescência?
TURISMO SEXUAL X EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO	a) O que é turismo sexual? Significado e características b) Fatores que podem determinar o turismo sexual c) Fatores que podem determinar a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo d) Agentes envolvidos
Marco legal da violência sexual contra crianças e adolescentes	
TRABALHO EM GRUPO — APLICAÇÃO DO EXERCÍCIO	
MÓDULO PRÁTICO	
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO	a) Os limites da hospitalidade b) As consequências da exploração sexual para a infância, para o mercado turístico, para o destino c) Implicações legais da exploração sexual de crianças e os riscos para o empreendimento e para o colaborador envolvido d) Comprometimento da empregabilidade



**BOAS PRÁTICAS PARA
A PROMOÇÃO DO
TURISMO SUSTENTÁ-
VEL E PROTEÇÃO DAS
CRIANÇAS E ADOLES-
CENTES**

- a) Apresentação de procedimentos práticos para os setores das empresas:
- Direção;
 - Comercial;
 - Reserva;
 - Administrativo;
 - Operações: recepção, hospedagem, alimentos e bebidas; eventos e segurança

TRABALHO EM GRUPO: ESTUDOS DE CASOS

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

SITES INDICADOS PARA CONSULTAS

GLOSSÁRIO

DISQUE DENÚNCIA — LIGUE 100

Conteúdo programático das capacitações para adesão/renovação do Código de Conduta/ Selo Paulo Freire de Ética no Turismo



**PRÊMIO
RESPONSABILIDADE
SOCIAL EM TURISMO**

Menção Honrosa

Itaipu Binacional

Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente



Itaipu Binacional

Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente

Júlia Barbosa Brandão ¹

Introdução

Até 1960, o município de Foz do Iguaçu era predominantemente rural e contava com aproximadamente 28 mil habitantes. Em 1970, a população cresceu, alcançando quase 34 mil habitantes, e passou a se concentrar mais na zona urbana (IBGE). Em 1974, começou a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que contribuiu para um aumento significativo da população. No auge das obras, 40 mil pessoas trabalhavam nelas.

Em 1980, Foz contava com 136.321 habitantes, mais de 74% viviam na área urbana e aproximadamente 75% tinham vindo de fora do município. Nessa época, foi instaurada a zona de livre comércio em Ciudad del Este, intensificando o comércio na região da Tríplice Fronteira. Nos anos 1990, a população alcançou 179.597 habitantes (IBGE).

Com o fim da construção da Usina Hidrelétrica, ao contrário do que se pensava, muitos ‘barrageiros’² não partiram em busca de outras obras similares. Eles permaneceram no município com suas famílias,

¹ Graduanda em Administração Pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, de Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) e Pesquisadora de Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG-FGV).

² Como são chamadas as pessoas que trabalham na construção de barragens (usinas hidrelétricas).



desenvolvendo outras atividades, ligadas principalmente ao turismo e ao comércio.

Esse *boom* populacional, entretanto, não foi acompanhado da ampliação da infra-estrutura em Foz do Iguaçu. Com o aumento da fiscalização na Ponte da Amizade, pessoas que transportavam mercadorias perderam sua ocupação, contribuindo para o aumento da miséria. Segundo dados do IBGE, em 2000, mais de 21% dos 258.543 habitantes se encontravam em situação de pobreza, ou seja, tinham renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo.

Vale lembrar que a região da Tríplice Fronteira é marcada por práticas de contrabando e de tráfico, que intensificam a violência no município. De acordo com estudos do sociólogo Julio Jacobo, autor do mapa da violência entre os jovens, Foz do Iguaçu tem a mais alta taxa média de homicídios juvenis do País. Em 2006, alcançou um índice de 251,4 mortes para cada cem mil habitantes.

Esse contexto, marcado pela presença do turismo, aumento populacional, declínio do comércio na fronteira, desigualdade de renda, desemprego, miséria, violência e, principalmente, falta de capacidade do Poder Público para lidar com as questões econômicas e sociais, levou à intensificação e ampliação da rede de exploração sexual infanto-juvenil em Foz do Iguaçu. Em 1999, um estudo encomendado pelo Unicef e pela OIT constatou que 60% das vítimas de exploração sexual comercial tinham menos de 19 anos de idade. Em 2002, estudos da OIT estimaram em 3.500 as vítimas de violência sexual na região da Tríplice Fronteira.



A questão da exploração sexual comercial infanto-juvenil no município

O contexto social do município chamou a atenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, em 2001, por meio do seu Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), implementou, na região, o Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai.

Inicialmente, foram feitas pesquisas e elaborou-se um diagnóstico sobre a realidade da região. Ao mesmo tempo, o Programa buscava fortalecer as instituições públicas e privadas que atendiam às crianças e aos adolescentes em situação de risco social, bem como promover campanhas e outras ações incentivando a mobilização social em torno da questão.

Com o objetivo de fortalecer as diversas entidades — tanto públicas quanto privadas — já existentes no município, foi criado o Comitê Local de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, que reunia as organizações, bem como sindicatos, igrejas, autoridades policiais etc. Nos encontros, discutiam a situação da criança e do adolescente e se baseavam nas pesquisas e no diagnóstico da OIT para planejar as ações de combate à exploração sexual comercial.

O Comitê Local, como um espaço de troca, de reflexão e de articulação, colaborou para o surgimento do trabalho em rede, voltado para as questões ligadas às crianças e aos adolescentes. Formou-se, assim, a Rede Local de Proteção às Crianças e aos Adolescentes para atender esse público de forma integral e com o devido respeito.



A organização dessa rede se deu por meio do Programa de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Exploração Sexual Comercial em Foz do Iguaçu, um subprograma do Programa da OIT de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira.

Esse novo programa, voltado para a execução de ações de intervenção direta em Foz do Iguaçu, era administrado pela Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida (SCNSA). O trabalho, que começou em dezembro de 2002 e se estendeu até agosto de 2004, fornecia aos beneficiários e suas famílias atenção à saúde e à educação, apoio jurídico, atendimento psicossocial, capacitação vocacional e profissional, atividades artísticas e desportivas etc.

Ao final do Programa, as entidades envolvidas fizeram uma avaliação, tendo concluído que haviam avançado. No total, foram atendidas pela Rede Local de Proteção 220 crianças e adolescentes e 200 famílias. Somada a isso, a questão da exploração sexual comercial infanto-juvenil foi colocada para discussão na sociedade, em seus diversos segmentos.

Foram realizados programas de capacitação com professores, policiais, profissionais do setor hoteleiro e jornalistas para que tratassem da questão da exploração sexual com menos preconceito, rompendo com uma cultura arraigada, na qual a criança é vista como objeto de dominação.

O comitê de enfrentamento organizou diversas campanhas de comunicação e mobilização, distribuiu materiais informativos e manuais e divulgou o trabalho da Rede por meio de boletins e notícias na mídia (rádio, TV, internet).



No entanto sentiram a necessidade de fazer alguns ajustes com o objetivo de ter mais eficácia e efetividade no trabalho. Foi nesse contexto que surgiu o Programa Acordar, em janeiro de 2005. Segundo a coordenadora desse Programa, Ivania Ferronatto, o novo nome simbolizava “despertar, afinar, reavivar, ajustar, combinar, recobrar [...]”, ou seja, era fruto de um repensar conjunto.

Nele, quatro entidades faziam o atendimento integral da criança e do adolescente, vítimas da exploração sexual. O trabalho de prevenção e sensibilização era feito pela **Casa do Teatro** que desenvolvia diversas atividades nos bairros, como oficinas de teatro, de circo, de dança. A **SCNA** se responsabilizou pela área da saúde, adaptando seu Poliambulatório para um tratamento especializado. O **Núcleo de Ação Solidária à Aids (NASA)** abordava meninas na rua, as quais eram posteriormente encaminhadas para a **Fundação Nosso Lar**, uma casa abrigo.

Para viabilizar financeiramente o Programa Acordar, diante da redução dos recursos provenientes da OIT, as entidades firmaram uma parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), vigente até o final de 2006. A SCNA ficou responsável pela administração do Programa, que encerrou suas atividades em abril de 2007.

O programa de proteção à criança e ao adolescente

Em 2003, a empresa pública Itaipu Binacional começou a dar mais importância às ações de responsabilidade social. Isso permitiu a viabilização do Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com atuação nos três países da fronteira, dando atenção especial ao município de Foz do Iguaçu.



Apesar de o nome do Programa sugerir uma ação focada em um tipo específico de violência (a exploração sexual) e de faixa etária (a infanto-juvenil), as atividades desenvolvidas pela Itaipu procuravam tratar a temática da criança e do jovem de forma ampla, contemplando seus mais variados aspectos. Em 2005, após um processo de reestruturação, o Programa mudou de nome e passou a ser chamado de Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente (PPCA).

A característica mais marcante dessa iniciativa é o trabalho de apoio e de articulação às diversas entidades e instituições que tratam do público infanto-juvenil. Para isso, a Itaipu trabalha em conjunto com a Rede Local de Proteção às Crianças e aos Adolescentes e com o Comitê Local de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes com o objetivo de potencializar o trabalho que vem sendo realizado desde 2002.

Ao entrar para o Comitê, a empresa se aproximou dos problemas enfrentados por crianças e adolescentes em situação de risco social e passou a desenvolver **atividades** complementares e conjuntas à atuação da Rede Local no município, que serão destacadas na próxima seção, contribuindo diretamente para o enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil.

Programa Opabatu

Como forma de prevenção, em 2003, surgia uma parceria com a Casa do Teatro, a qual originou o Projeto Fronteiras Arte-Educação nos Bairros. Nele, um grupo de atores, alguns também pedagogos, visitava bairros do município usando um ônibus equipado com materiais lúdicos e promovendo atividades que tratavam de temas como o respeito à diversidade, a cultura de paz, a amizade, o convívio familiar, os valo-



res sociais de convivência, o meio ambiente, a alimentação, a higiene. Na metodologia utilizada, estava o teatro, a narração de histórias, as brincadeiras, as pinturas e os desenhos, as rodas de conversa etc.

Atualmente, o nome do Projeto é Opakatu. A denominação é originária dos povos indígenas habitantes da área trinacional e simboliza o todo — do qual fazemos parte. As atividades passaram para dentro das escolas. Lá, o grupo de atores apresenta espetáculos e encenações dramáticas da arte de contar histórias para o público mais novo (da pré-escola à quarta série). Os mais velhos participam de rodas de conversa e de atividades com base nas práticas cênicas do Teatro do Oprimido, nas quais são levados a refletir, além de permitir a troca de experiências.

Esse trabalho, resultado de um processo educativo interdisciplinar e de formação do indivíduo por meio da arte, atinge 84 escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas no município, sendo 56 delas municipais e 28 estaduais. Em sua primeira etapa, com as visitas a bairros da cidade, estima-se um total de cem mil espectadores atingidos.

Apresentação de teatro do Programa Opakatu em uma escola pública





Casa Família Esperança e Vida

Em 2004, a Itaipu inaugurou a Casa Família Esperança e Vida, que acolhe mulheres vítimas de violência doméstica, geralmente encaminhadas pela Delegacia da Mulher do município. As vítimas são, em sua maioria, mães, e acabam sendo instaladas junto a seus filhos.

Na casa abrigo, elas são recebidas por uma equipe multidisciplinar que conta com uma pedagoga, uma psicóloga, uma assistente social e uma assistente administrativa. Há ainda a necessidade da presença de quatro monitoras, que se revezam em turnos, para que as mulheres abrigadas estejam sempre acompanhadas por alguém.

A primeira etapa do trabalho é atender às necessidades imediatas da mulher agredida, que são as mais diversas, dependendo de cada caso. Exemplos freqüentes são a retirada de documentos e algumas roupas da casa onde mora o marido e a passagem por atendimento médico. Em seguida, ela passa por uma conversa com a equipe da Casa Família, que vai ampará-la em diversos aspectos, desde a troca de escola dos filhos, para afastá-los do agressor, até o atendimento psicológico, por exemplo.

No dia-a-dia da Casa, procura-se, primeiramente, resgatar a auto-estima e os laços de família entre as mulheres acolhidas e os filhos. Para isso, é feito um trabalho que procura acostumá-las ao ritmo familiar. As atividades da casa (como limpar, lavar, passar, cozinhar) são divididas entre as mulheres que são orientadas a ajudar nas tarefas dos filhos, conversar mais com eles etc. Há uma preocupação com o resgate dos valores familiares, até para evitar que a mulher volte para o agressor e retome o ciclo da violência doméstica.



Em razão de a maioria das abrigadas depender financeiramente dos agressores, existe uma preocupação da equipe em inseri-las em atividades de capacitação, profissionalização e geração de renda, para que sustentem a si e a seus filhos depois de saírem da casa. O limite de permanência das vítimas na casa é de seis meses.

Tabela 1 - Número de atendimentos na casa família esperança e vida

	2004	2005	2006	2007
Mulheres	17	26	21	23
Crianças	34	42	42	40

No total, a Casa Família já abrigou 87 mulheres e 158 crianças. Atualmente, encontram-se nela quatro mulheres e nove crianças.

Antigamente, mães agredidas, que queriam sair de casa com seus filhos, não tinham para onde ir. Elas chegavam a prestar queixa, mas se viam obrigadas a voltar para a casa por falta de alternativa. Nesses casos, o agressor se mostrava ainda mais violento, castigando a mulher em razão da denúncia feita. Essa violência, presente no ambiente doméstico, em alguns casos, passa a representar uma forma de expressão para a criança, o que tende a fazer dela um futuro agressor.

Ao entrevistar as atuais moradoras da Casa Abrigo, constatou-se que a maioria já sabia, por meio da mídia (principalmente TV), da existência da casa antes de denunciar os maridos. Esse fato mostra que a divulgação desse espaço é importante para reduzir os índices de violência doméstica no município.



Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes – Nucria

O Nucria é uma delegacia especializada no atendimento a crianças e adolescentes. Ele surgiu em 2004, por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná e a Itaipu. Esta cedeu o espaço reformado e três automóveis, enquanto a Secretaria estadual ficou responsável pela compra de equipamentos e contratação de pessoal. Atualmente, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu apóia o Nucria, com a cessão de uma psicóloga e uma assistente social, que compõem a equipe multidisciplinar.

Inicialmente, o público-alvo era constituído pelas vítimas de exploração e abuso sexual; mas, em seguida, a delegacia especializada passou a atender a todo tipo de violência. Em todos os casos, as crianças e os adolescentes são socorridos de forma diferenciada: há uma preocupação em não revitimizá-las.

Para todo o caso que chega até a delegacia é registrado um Boletim de Ocorrência (BO); entretanto, na maior parte dos casos, a vítima pode retirar a queixa. Caso isso não aconteça, será instaurado um Termo Circunstanciado — para crimes de menor potencial ofensivo — ou um Inquérito — para crimes de maior potencial ofensivo.

Pode haver instauração de Termo Circunstanciado ou de Inquérito, por parte do Nucria, mesmo se o BO não tiver sido feito lá. Por isso, às vezes, o número de instaurações é maior do que o de BOs.



Tabela 2- Os números do nucria do município de foz do iguaçu

	2005	2006	2007*
Boletins de Ocorrência	249	239	162
Termos Circunstanciados	186	202	142
Inquéritos	47	63	37

* Dados até setembro de 2007

Entrada do Nucria



Uma das salas da delegacia



Quarto para atendimento infantil



Capacitação da rede hoteleira

Em 2004, a Itaipu e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) começaram as campanhas de conscientização e capacitação para a rede hoteleira de Foz do Iguaçu.

Foram feitas campanhas de sensibilização na sociedade como um todo, além da distribuição de manuais de conscientização nos hotéis. Em seguida, foram promovidas algumas oficinas para pessoas que trabalhavam no setor turístico.

No total, 67 hotéis participaram das oficinas promovidas e se comprometeram, assinando o Termo de Adesão à Rede de Combate à



Exploração Sexual Infanto-Juvenil, a denunciar casos, envolver-se com ações que assegurem os direitos da infância, divulgar o enfrentamento do problema e cobrar políticas públicas complementares ao trabalho realizado.

Atualmente, o município de Foz do Iguaçu é conhecido como destino onde ainda se desenvolve a prática do turismo sexual. Na região, existe uma rede de exploração sexual — formada por taxistas, funcionários de hotéis, agências, guias, garçons — que alicia menores do município, de outros estados e até de outros países. A região da Tríplice Fronteira, que é marcada pelo tráfico e contrabando, contribui para o aumento das práticas criminosas contra menores. A campanha procurou mostrar, para esses atores da rede de exploração, o que o turismo perde com essas práticas ilegais.

Kit Família Brasileira Fortalecida

A Itaipu Binacional, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (Unicef), promoveu a capacitação de agentes comunitários de saúde, líderes da Pastoral da Criança e professores de creches, para a utilização do *Kit Família Brasileira Fortalecida*, que trata do bem-estar de crianças na primeira infância.

Esse material, desenvolvido e lançado pelo Unicef, em 2004, contém informações sobre saúde, direitos, cidadania e valores. O intuito é reduzir a mortalidade de mães e filhos, bem como fortalecer os vínculos familiares. A Itaipu distribuiu o material em 28 municípios do oeste paranaense, buscando atingir 80 mil crianças.



Pesquisas

A Itaipu apoiou uma pesquisa realizada pelo Unicef, em 2005, que procurou estudar a situação das crianças e dos adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. O objetivo era dar subsídios à formulação das agendas de trabalho dos três países, para que eles criassem ações conjuntas visando a melhoria da qualidade de vida da população dessas regiões. Esse trabalho identificou, nos 62 municípios pesquisados, como problemas críticos: a exploração sexual comercial e o tráfico de seres humanos, o trabalho infantil, a falta de registros e documentações de crianças e adolescentes, entre outras coisas.

Outra pesquisa, de 2005, da qual a Itaipu foi parceira, realizada em conjunto com a Vara da Infância e da Juventude, Conselho Tutelar, Guarda Municipal e estudantes das faculdades Uniamérica e União Dinâmica Cataratas (UDC), é o Censo na Ponte da Amizade. O objetivo era levantar o perfil dos jovens que atravessam a ponte, por meio da aplicação de questionários, entre as 6 e as 18 horas, durante uma semana. O resultado mostrou que a maior parte dos jovens abordados trabalhavam auxiliando no transporte ilegal de mercadorias.

A última pesquisa, que conta com o financiamento da Itaipu, estuda as mortes de adolescentes no município. O trabalho, realizado em parceria com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICA), consiste no levantamento dos detalhes de todos os homicídios, desde o perfil do jovem até o local e a causa da morte. Já foram mapeados os dados de 2001 até 2006.



Hospital Ministro Costa Cavalcanti (HMCC)

O Hospital Ministro Costa Cavalcanti foi construído pela Itaipu Binacional e inaugurado em 1979. Inicialmente, atendia apenas trabalhadores e funcionários da empresa pública. Depois da construção da Usina, o número de trabalhadores reduziu-se significativamente, e o Hospital ficou com sua capacidade ociosa.

Foi nesse contexto que surgiu a Fundação de Saúde Itaiguapy, criada para administrar e operar o hospital, estendendo seu atendimento para a comunidade de Foz do Iguaçu. Atualmente, o hospital contém 200 leitos, sendo 120 para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e o restante, 80, para usuários particulares e de convênios.

Visando a diminuir o número de crianças sem registro de nascimento, em 2003, o HMCC fez uma parceria com o cartório do município para instalar um posto avançado de registro civil. As crianças nascidas no hospital são registradas lá mesmo, antes de receberem alta. O cartório disponibiliza um funcionário, e o hospital se responsabiliza pelo restante: espaço físico, material de escritório e transporte do funcionário. Essa ação ajuda na promoção da cidadania e dos direitos das crianças.

Em setembro de 2004, A Fundação Itaiguapy assinou um termo de cooperação técnica com as secretarias de saúde municipal e estadual, com a Delegacia da Mulher e com o Instituto Médico Legal (IML) para desenvolver um atendimento especializado a crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual ou lesões corporais graves. Eles capacitaram toda a equipe do hospital visando a um atendimento mais humano, com mais respeito, evitando a revitimização da pessoa violentada.



A vítima é atendida por médicos capacitados a fazer o laudo pericial, recebe atendimento psicológico e, se quiser, é orientada a prestar queixa na Delegacia da Mulher ou no Nucria, dependendo do caso. No entanto, geralmente, a vítima se dirige primeiramente à delegacia, de onde é encaminhada para o HMCC. Em 2004, a partir de 16 de setembro, foram atendidas 38 vítimas de violência. Já no ano seguinte, 2005, foram 129 atendimentos, seguidos de 81, em 2006, e 96 até outubro de 2007.

Em agosto de 2005, o HMCC foi reconhecido como "Hospital Amigo da Criança". Esse selo, concedido pelo Ministério da Saúde, tornou-o referência em amamentação no município, na região e no estado. Lá, as mães são orientadas, desde o pré-natal, sobre os benefícios da amamentação.

Capacitação profissional para jovens e adultos

Interior do ônibus



Em parceria com a ONG PROPOVAR — Ação Solidária —, especializada em capacitação de jovens e adultos, a Itaipu, por meio do PPCA, está patrocinando cursos de gastronomia, informática e salão de beleza (cabeleireiro e manicura).

A capacitação em gastronomia, que conta com 120 alunos por turma e dura

três meses, acontece na sede da ONG, onde existe uma estrutura que respeita as normas da vigilância sanitária. Já as outras duas oficinas são



realizadas em dois ônibus adaptados, um com computadores e outro com estrutura de salão de beleza, que circulam por diferentes bairros de Foz do Iguaçu, com capacidade de atender, respectivamente, 240 e 160 pessoas. Os ônibus passam três meses em cada bairro, o tempo de duração dos cursos.

Programa de Iniciação e Incentivo ao Trabalho (PIIT)

Desde 1988, a Itaipu Binacional abre espaço para jovens entre 16 anos e 18 anos incompletos, e que freqüentam a escola, trabalharem quatro horas por dia, durante até dois anos na empresa. Eles recebem uma bolsa-auxílio equivalente a um salário mínimo, seguro de vida, vale-transporte e alimentação, além de assistência médica e odontológica.

O PITT tem parceria com a Guarda Mirim de Foz do Iguaçu, que atua há 30 anos no município, preparando jovens para o mercado de trabalho. Essa instituição, por sua vez, participa do Comitê Local de Enfrentamento e, hoje, atende 32 adolescentes vítimas da violência. Além de cursos de capacitação para os adolescentes, desde outubro de 2007, a Guarda Mirim realiza o Projeto *Fortalecendo Vínculos*, no qual 40 mães participam fazendo artesanato como forma de geração de renda.



Sala de aula de informática da Guarda Mirim de Foz do Iguaçu



Conclusão

A Itaipu já investiu no PPCA, incluindo o ano de 2007, um total de US\$ 1.026.687,00. Para 2008, pretende-se canalizar os recursos para investimentos nas entidades da Rede Local, que está enfraquecida em função da falta de políticas públicas voltadas para a questão da violência. Para complementar, o Programa retomará campanhas preventivas, na tentativa de reduzir os casos de exploração sexual comercial contra crianças e jovens.

Esse investimento da empresa contribuiu para o combate à exploração sexual comercial, por meio de diferentes eixos de atuação, quais sejam:

- 1) Viabilizando estudos, pesquisas e diagnósticos que colaboraram para a elaboração e implementação das ações públicas e privadas;
- 2) Promovendo campanhas de sensibilização de diferentes grupos sociais;



- 3) Organizando capacitações e oficinas para os segmentos ligados diretamente à questão;
- 4) Trabalhando a prevenção, com base no Projeto Opakatu;
- 5) Executando algumas ações, como o acolhimento de mulheres vítimas da violência e a contratação de jovens aprendizes;
- 6) Firmando convênios e parcerias que resultam em atividades voltadas para a criança e o adolescente e suas famílias: capacitação profissional, atendimento médico e garantia de direitos; e
- 7) Articulando as entidades envolvidas com o problema.

Somado a isso, a Itaipu se preocupa em cobrar do município políticas públicas que potencializem e efetivem o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de exclusão. Entretanto as cobranças, por parte da empresa pública bem como de outras entidades, não são suficientes.

Pode-se dizer que a atual gestão municipal atua de forma tímida sobre os problemas estruturais que atingem essa parcela da população; além disso, os convênios com a OIT e a Secretaria Especial de Direitos Humanos acabaram. O montante investido por essas instituições era significativo no financiamento ao atendimento integral à criança e ao adolescente.

Nesse momento e diante dessas condições, a Rede Local está passando por dificuldades. Boa parte das instituições, principalmente as privadas, está tendo de preocupar-se com a captação de recursos para continuar o trabalho, deixando em segundo plano, os encontros da Rede e do Comitê.



A vulnerabilidade da Rede Local de Atendimento poderia ser reduzida com a maior participação do estado no tratamento da criança e do adolescente. O trabalho realizado até agora trouxe excelentes resultados, principalmente no que se refere ao atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias, mas não foi suficiente para acabar com os problemas sociais do município. Foz do Iguaçu continua em primeiro lugar no ranking dos municípios com a maior taxa média de violência entre os jovens.

Algumas das variáveis que ajudam a combater práticas de exploração sexual comercial infanto-juvenil são, por exemplo, a desigualdade social, a pobreza e a educação. Diminuir a desigualdade social, reduzir a pobreza e oferecer uma educação pública e universal de qualidade são formas de enfrentar estruturalmente a violência entre as crianças e os jovens. Todos precisam de ações pautadas em um planejamento de longo prazo e independente das mudanças de gestões.



Referências

BONASSI, Luiz e CAPRÁRIO, Ricardo. Manual de conscientização: setor turístico. Foz do Iguaçu: OIT/IPEC; Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida; Itaipu Binacional, 2004.

FERREIRA, Isa (org.). Guia para jornalistas: um manual de auxílio ao trabalho da imprensa. Curitiba: Itaipu Binacional; Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira, 2003.

INFORMATIVO DO ACORDAR. Foz do Iguaçu: Casa do Teatro; Fundação Nossa Lar; Núcleo de Ação Solidária à Aids; Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida, agosto de 2005.

LAZZARINI, Valtenir. Abandono, exploração e morte de crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu: pesquisas sobre a situação dos abrigos, o trabalho infantil e a mortalidade de adolescentes. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional; Fundação Nossa Lar; Instituto Elos, 2006.

LINARES, Angela Gabriela; KRAUTSTOFL, Elena e SPRANDEL, Márcia Anita (orgs.). Situação das crianças e adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: desafios e recomendações. Curitiba: Itaipu Binacional, 2005.

TÖPKE, Simone R. (org.). Fronteiras da vida: uma experiência de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial em Foz do Iguaçu/ Brasil. Foz do Iguaçu: OIT / Programa IPEC Sudamérica, 2004.



Referências eletrônicas

www.itaipu.gov.br. Acesso em: nov. 2007.

www.unicef.org.br. Acesso em: nov. 2007.



CHILDHOOD
INSTITUTO WCF BRASIL
www.wcf.org.br

Ministério
do Turismo



ISBN 978-85-61239-14-5

A standard linear barcode representing the ISBN number.

9 788561 239145

ISBN 978-85-61239-14-5



9 788561 "239145"



CHILDHOOD
INSTITUTO WCF BRASIL
www.wcf.org.br

Ministério
do Turismo

